

# A GEOGRAFIA DO VOTO EM SÃO PAULO<sup>1</sup>

## E CONTORNOS SOCIAIS DAS PREFERÊNCIAS DO ELEITOR

Carlos Alberto Marques Novaes

### RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais de um estudo em andamento sobre a geografia do voto no estado de São Paulo. O autor faz uma crítica dos zoneamentos regionais adotados pelos mais importantes institutos de pesquisa para medir as preferências dos eleitores na cidade de São Paulo, e propõe um novo zoneamento que busca retratar melhor as várias "cidades" que compõem a capital.

*Palavras-chave: eleições; voto; pesquisa eleitoral; São Paulo; zoneamento.*

### SUMMARY

This article presents preliminary results from research in progress on the geography of voting patterns in the state of São Paulo. The author criticizes the regional zoning units adopted by the major opinion polis to measure voter preferences in the city of São Paulo, proposing a different model capable of portraying the many "cities" that make up the state capital.

*Keywords: elections; electoral opinion polis; São Paulo; zoning.*

Os institutos de pesquisas de opinião mais conhecidos (Brasmarket, CBPA, DataFolha, Gallup, IBOPE, Toledo&Associados e VoxPopoli) têm antecipado o resultado de eleições com bastante frequência nos últimos anos, capacidade que aumentou o prestígio das pesquisas junto ao público em geral e aos candidatos e partidos políticos em particular. Mesmo o PT, que no passado manifestou uma desconfiança não muito fundamentada acerca dessa técnica, exhibe agora nos jornais a clara intenção de empregá-la. Mas, se é verdade que as pesquisas podem antecipar o resultado *final* de uma disputa como a que estamos vivendo pela prefeitura de São Paulo, não está claro o alcance da ajuda que elas porventura possam prestar àqueles que se empenham para alterar ou influenciar as preferências do eleitor no *curso* de uma campanha. De fato, observando-se o zoneamento empregado por estes institutos para tomar e, depois, exhibir as preferências do eleitor na maior cidade do país, aparecem motivos para duvidar da acuidade com que seus números apreendam, de maneira proveitosa aos agentes, as flutuações regionais das inclinações do eleitor paulistano. Desde logo deixemos claro: não se trata de dúvidas sobre a precisão científica dos números, saídos sempre do maior apuro técnico, mas da relativa inutilidade desses mesmos números quando deixam de falar da cidade como um todo e buscam espelhar os eleitores da zona Sul, do Centro ou de qualquer outra parte da cidade. Nos próximos parágrafos o leitor vai

(1) O artigo apresenta resultados parciais de um estudo em andamento. Esse estudo trata da geografia do voto no estado de São Paulo e saiu de uma pesquisa sobre o voto distrital, concluída pelo autor em junho de 1995 (v. *Voto distrital no estado de São Paulo: os distritos, a conduta do eleitor e conflitos de interesse*, relatório final de pesquisa para a Fundação Ford). A pesquisa concluída — e, de forma indireta, o estudo cujo resultado parcial se apresenta aqui — não teria começado sem o estímulo intelectual e o apoio institucional que naquela altura foram prestados ao autor pelo prof. Vilmar Faria, então coordenador do Grupo de Estudos Políticos do Cebrap. Sou grato também a Paulo Henrique da Silva pela ajuda indispensável que tem prestado ao trabalho. Ninguém além do autor responde pelos erros porventura cometidos.

acompanhar a crítica aos zoneamentos regionais que vêm sendo empregados pelos mais prestigiosos institutos de pesquisa na cidade de São Paulo, crítica essa secundada por uma proposta de zoneamento que longe de ser ideal melhora substancialmente nossa capacidade de focar cada uma das muitas cidades embutidas na capital.

Antes de mais nada deve-se salientar que salvo o Gallup e a CBPA, que usam o mesmo zoneamento, todos os institutos mencionados usam um zoneamento diferente dos demais, tal como mostram os mapas<sup>2</sup> numerados de 1 a 4 (cf. p. 8).

Não escapa a ninguém a primeira constatação imposta pela inesperada dessemelhança entre os mapas dos zoneamentos que vêm sendo usados: os números *regionais* oferecidos pelos diferentes institutos a cada rodada de pesquisas não podem ser comparados uns com os outros, ainda que os números para toda a cidade o possam. Mas, como já iremos demonstrar, mesmo que buscássemos estudar e comparar os números regionais de um mesmo instituto para pesquisas realizadas em momentos diferentes, muito dificilmente estes números dariam a conhecer algo proveitoso sobre a realidade eleitoral inframunicipal. É que, embora diferentes uns dos outros, esses zoneamentos têm um ponto em comum: não levam em conta a história eleitoral mais recente da cidade, cuja evolução geográfica já indica um padrão a ser transplantado para o mapa que serve de base às pesquisas eleitorais.

O monitoramento das preferências do eleitorado tem duas dimensões temporais: a retrospectiva e a prospectiva. Para enfrentar o primeiro aspecto é necessário dispor não exatamente de pesquisas anteriores (ainda que elas ajudem), mas de resultados eleitorais do passado. Fazer uma retrospectiva consistente das preferências de um eleitorado determinado requer conhecer sua conduta efetiva, seu voto, ao longo de várias eleições, quaisquer que tenham sido os cargos em disputa. Naturalmente, para uma cidade como São Paulo, com um eleitorado de mais de 6 milhões de eleitores espalhados por 96 distritos, a agregação dos dados dos candidatos proporcionais é desde logo indispensável. Nessa linha, é indicado que se trabalhem os resultados eleitorais obtidos na cidade pelas chapas de candidatos a vereador, a deputado estadual e a deputado federal em eleições passadas. No caso dos candidatos aos cargos majoritários, além da história mais recente das disputas pelo cargo de prefeito, deve-se examinar também o desempenho individual e partidário, na cidade, dos candidatos a presidente, governador e senador. Comparando o desempenho de chapas de diferentes partidos umas com as outras e entre si ao longo do tempo e *segundo as regiões da cidade*, pode-se obter um desenho bastante acurado tanto da consolidação de certas preferências quanto da eventual existência de determinadas zonas voláteis. Ademais de permitir traçar um perfil geral da conduta do eleitor, a análise metódica e comparativa desse material é indispensável para que se estabeleçam os parâmetros das amostras a serem empregadas nas pesquisas, que constituem o insumo mais importante da dimensão prospectiva do monitoramento das preferências do eleitorado.

Elaborado principalmente com base nos resultados das eleições realizadas na capital de 1988 para cá, o zoneamento proposto pelo autor aparece nos mapas 5 e 6 (p. 9). Como se pode notar, o Centro, como tal, desaparece, e as demais regiões da cidade recebem contornos inéditos. Observe-se ainda que há notável correspondência entre os mapas 6 e 7. O primeiro traz, em porcentagens, dados do IBGE para a distribuição da população com 15 anos ou mais em 1991<sup>3</sup>, agregada segundo o novo zoneamento, o segundo exibe o percentual dos eleitores que compareceram ao pleito de 1994 nas mesmas regiões. Fundamentemos nossas escolhas.

Os mapas 8 a 23 (pp. 10-13) trazem a distribuição geográfica da votação recebida<sup>4</sup>, nas eleições indicadas, tanto por candidatos a postos majoritários quanto por chapas de candidatos proporcionais. A variedade de partidos ajuda a mostrar a consistência das preferências. Por economia de espaço e comodidade de

(2) Por falta de informações completas não será possível oferecer os mapas da VoxPopoli e da Brasmart. Não obstante, os dados recebidos não deixam dúvidas sobre se tratar de desenhos diferentes dos demais. O IBOPE adota, por vezes, uma subdivisão na zona Sul, criando ali uma Sul2.

(3) Tal como estão dispostos pelo IBGE, dos dados do censo de 1991 não permitem que se separe a população acima de 16 anos, como seria de preferir em razão do direito de voto. Mas, ainda assim, como se vê, não chega a haver distorção relevante.

(4) Essa distribuição resulta do seguinte procedimento: a cada pleito tomaram-se os votos recebidos pelos candidatos em cada urna, os quais foram agregados segundo o distrito em que se localiza ou localizava o posto de votação respectivo. Feito isso, foram calculados os percentuais que a votação de cada candidato representou do número de votos efetivamente disputado, no seu nível, em cada distrito da cidade, isto é, tomou-se por base o comparecimento, incluindo-se votos brancos e nulos. No caso dos votos dados aos candidatos proporcionais, somaram-se os votos de todos os candidatos de um mesmo partido e a eles juntaram-se os votos dados na legenda respectiva. Em todos os mapas os tons mais escuros assinalam o distrito em que o candidato ou chapa se saiu melhor, enquanto os tons mais claros indicam onde eles foram menos votados. Note-se que não estamos falando de número de votos, mas de porcentagens dos votos em jogo. Por isso, e como a idéia é mostrar onde cada um é mais forte, não é proveitoso forçar para que as legendas sejam iguais, salvo entre candidatos a um mesmo posto. Além disso, é importante salientar que estamos comparando eleições muito diferentes, com números de candidatos diferentes e, principalmente, números de votos muito diferentes também. Por isso, os cálculos sempre levaram em conta os votos dados em cada nível da disputa.

exposição, o novo zoneamento proposto<sup>5</sup> — que resulta precisamente dessa geografia do voto — já vem, nos mapas, sobreposto às manchas eleitorais que o originaram e que saíram do exame da distribuição percentual dos votos dados a indivíduos e partidos. Como o leitor pode observar, à rede dos perímetros de cada um dos 96 distritos da cidade já está superposta, em traços mais vivos, a nova regionalização apresentada no mapa 5.

Tomem-se os mapas 8 e 9. Enquanto Erundina apresenta seus melhores desempenhos na periferia, Maluf vai bem em áreas mais centrais. Notem-se as semelhanças entre as manchas de Maluf nos mapas 9 e 17, com as de Ferreira Neto (mapa 13) e Romeu Tuma (mapa 22), candidatos que concorreram em anos diferentes, mas com o apoio das mesmas forças políticas. A candidata do PT, por sua vez, não exhibe similaridades menores nos mapas 8 e 20. Se tomarmos a região Leste como referência, não fica difícil perceber como os zoneamentos antigos são impróprios para uma percepção adequada das preferências inframunicipais. Nenhum dos zoneamentos dos mapas de 1 a 4 permite ao observador saber o que de fato acontece com a inclinação eleitoral dos moradores da zona Leste, seja esta tomada como um todo, seja dividida em Leste1 e Leste2. De fato, como naqueles zoneamentos se misturam em uma mesma região áreas de predominância petista e malufista, dificilmente se pode saber com precisão, por exemplo, se um eventual crescimento deve-se a uma intensificação das preferências entre o eleitorado dos distritos simpáticos, ou a uma reversão de tendência em um ou mais distritos adversos. Com o novo zoneamento fica mais fácil e menos sujeita a erros a análise da flutuação ou da estabilidade das preferências regionais.

As maiores revelações entretanto vêm da comparação intrapartidária das manchas dos candidatos proporcionais e majoritários. Note-se a consistência da distribuição dos votos de Erundina em 88 (mapa 8) com os votos dados à chapa de vereadores do PT no mesmo pleito (mapa 10) ou no pleito de 92 (mapa 18). Explorando-se exemplos de partidos situados em outros pontos da nossa aquarela ideológica, comparem-se os pares formados pelos mapas 12 e 14, 13 e 15, 17 e 19, 21 e 23. As correspondências oferecidas pela conduta do eleitor são notáveis e indicam tema a ser aprofundado em um próximo artigo: há entre nós um voto mais partidário e constante do que tem captado a literatura especializada mais recente. Certamente o eleitor não mente quando diz nas pesquisas que o mais importante na hora de decidir o voto é o candidato e não o partido. Mas os dados saídos das urnas sugerem que depois de se fixar em um candidato majoritário uma boa parte do eleitorado busca um nome proporcional que lhe seja complementar. Se for assim, não se poderá negar que uma parte ponderável do eleitorado vem fazendo um esforço para entregar, a cada eleição, a representação arrumada segundo partidos. Naturalmente, não se pretenderá sustentar que haveria entre nós um voto partidário de manual, transformando todo eleitor em uma espécie de cientista político ideologicamente orientado, tão ao gosto dos mais doutrinistas. Pelo contrário, a idéia é a de que partidário é o voto cujo resultado é o de arranjar partidariamente a representação, como quer que se tenham engendrado e concatenado os interesses dos eleitores.

Uma geografia do voto tão evidente teria correspondência com dados sócio-demográficos do eleitorado paulistano? Os mapas 24 a 27 (p. 14), elaborados com base nos dados do censo de 1991 do IBGE, demonstram que a correspondência entre as manchas do censo e o contorno regional proposto é total, aumentando a confiabilidade do novo zoneamento e permitindo dizer-lhe adequado não apenas para pesquisas com fito eleitoral. De mais a mais, a oposição centro/periferia, presente na dinâmica do voto, fica nitidamente desenhada quando se leva em conta um dado tão revelador quanto a renda dos chefes de família. Por exemplo, a presença de chefes de família com renda até 3 salários-mínimos (mapa 25) aumenta conforme nos afastemos do Centro, enquanto a presença daqueles que ganham mais de 10 salários-mínimos (mapa 27) faz o movimento contrário.

(5) As regiões do novo zoneamento foram definidas respeitando o princípio da unidade territorial e segundo as "famílias" de resultados eleitorais obtidos pelos candidatos. Os distritos que se situavam na fronteira de duas regiões prováveis foram reunidos aos distritos com que mais se parecessem os seus resultados eleitorais, observando-se, para desempate, se os resultados obtidos ali pelos diferentes candidatos situavam-se, em desvios padrão, abaixo ou acima da média geral de cada candidato em tela. Se abaixo, o distrito foi reunido ao grupo dos que ficaram abaixo, se acima, ao dos que ficaram acima. Este é o caso, por exemplo, do distrito de Vila Prudente: situado no extremo oeste da Leste1, tem um perfil eleitoral fronteiro entre Leste1 e Centro-Norte. Naturalmente, a despeito dos cuidados tomados, persistem discrepâncias de perfil eleitoral dentro das regiões. Porém, como se verá, essas discrepâncias são em parte compensadas pelos perfis relativamente homogêneos dos distritos segundo a renda dos chefes de família. Por muito que ainda se tenha de caminhar, parece fora de dúvida que o novo zoneamento altera para melhor os anteriores.

Observe-se, no mapa 26, o perfil da região Centro-Norte, área de predominância do voto conservador, onde políticos com Maluf, Ferreira Neto-90, Tuma-94 e Afif-90 tiveram desempenhos relativos favoráveis. Trata-se claramente de um eleitorado de classe média baixa, pois grande parcela dos chefes de família residentes ali ganha até 10 salários-mínimos. Se não convém antecipar conclusões que requerem um outro trabalho, é necessário dizer que, uma vez aperfeiçoado, o novo zoneamento proposto poderá captar quantitativamente a complexidade ideológica do voto em São Paulo, mensurar a correspondência que se esboça entre condição social e preferência política<sup>6</sup>. A hipótese é a de que, combinadas, condição de classe e inserção urbana explicam o voto na cidade.

Finalmente, vale a pena explorar um pouco as conseqüências dessa maneira de arrumar o mapa eleitoral da cidade para a análise da disputa pela prefeitura em outubro/novembro próximos. A disputa de 96 na capital tem quatro forças políticas com expressão eleitoral. A primeira é o PT, a segunda é o Real, a terceira é a direita orgânica (organizada em torno de Maluf) e a quarta é Francisco Rossi. Das quatro, Rossi é o único que não tem relações sedimentadas com a dinâmica social e institucional da disputa eleitoral em São Paulo. Os mapas mostram que o eleitorado de São Paulo não é para principiantes. Há uma capilaridade muito miúda vascularizando e hierarquizando interesses, a qual não pode ser atingida apenas por cima, à moda de um populismo eletrônico como o do candidato do PDT, cujo desempenho no primeiro turno de 1994 na capital, quando foi candidato a governador, aparece no mapa 28 (p. 9). A região onde foi melhor é justamente aquela que faz limite com Osasco, sofrendo os influxos da geografia do voto. Rossi muito provavelmente será moído na campanha, pois não conseguiu compor com nenhuma das outras duas forças que atraem e "organizam" o voto conservador presente na cidade. Sendo assim, as forças com vocação para fazer maioria são três: a direita orgânica, o PT e o Real.

As hesitações de Serra em aceitar uma candidatura exigida pela lógica do tabuleiro político (como imaginar o Real sem um candidato forte?) e a obstinação isolacionista de Maluf ao insistir no nome de Pita são as duas faces de uma mesma moeda: os interesses pessoais às voltas com as exigências postas pelo empresariado na hora de escolher a quem vão apoiar na disputa por uma fatia do poder. De um lado, Maluf, um político cuja ambição impede de aceitar o veto branco que há tempos seus próprios pares de classe interpõem entre ele e os postos de mando almejados; de outro, Serra, um "quadro" político não menos pertinaz, mas que não pôde deixar de contrariar suas inclinações pessoais mais imediatas para atender a um chamado da classe cuja confiança persegue e vem ganhando há tempos. Certo ou errado (provavelmente certo), Serra não queria entrar na disputa por considerá-la um desvio arriscado na trajetória de suas aspirações. Maluf, por seu turno, sabe que se não disser permanente e convincentemente "aqui estou e posso provocar danos" será deixado de lado.

Se confirmada, a recusa idiossincrática de Serra em aceitar a candidatura teria largado incompleto o tabuleiro da disputa e haveria espaço até mesmo para um fenômeno tão artificial como Rossi. Sem candidato próprio, Maluf teria mostrado, ao arrepio de uma trajetória que começou na derrota imposta a Laudo Natel em 1978, que enfim aceitou a domesticação e abandonou seu projeto presidencial. Maluf vem se impondo à burguesia como um primo incômodo, Serra vem sendo ungido por ela na condição de confiável agregado talentoso.

Maluf tem sua base eleitoral encravada no Centro-Norte da cidade, onde se concentram famílias de uma classe média que é a guardiã de princípios e valores nos quais os moradores do Centro-Sul assentam sua hegemonia, área esta em que o malufismo também se faz presente. Serra — senhor de uma trajetória política consistente e que, por isso, organiza de maneira convergente os motivos e as forças que conferem ao Real papel estruturante na arena política — é mais forte justamente ali no Centro-Sul, onde se concentram as famílias da classe dominante

(6) Os trabalhos do prof. Flávio Pierucci são referência obrigatória nesse ponto. Ver Pierucci, A.F. & Lima, M.C. de. "São Paulo 92, a vitória da direita" (*Novos Estudos* 35, março de 93). Ver ainda "As bases da nova direita" (*Novos Estudos* 19), "A direita que flutua" (*Novos Estudos* 29) e "Um toque de classe, média baixa" (*Novos Estudos* 14).

e as da classe média alta. Embora com preferência por Serra, parte das últimas necessariamente não negaria o voto a uma força mais à esquerda, desde que convencida de sua capacidade para canalizar de maneira eficiente o quinhão altruísta em benefício dos moradores dos anéis externos do mapa social da cidade. Já o eleitor do Centro-Norte, de condição social inferior ao irmão do lado, mas não identificado culturalmente com a periferia, vê como privilégio indevido — ele que lutou tanto para ter o que tem — políticas públicas destinadas a minorar as dificuldades dos mais pobres, que se concentram principalmente nas zonas Leste, Sul e Norte2.

É nessas áreas, demarcadas no mapa 24 com clareza, que estão as bases de Luiza Erundina e do PT, partido que também pretendeu contrariar a lógica política ao esboçar deixar a ex-prefeita de fora da disputa, quando é ela que tem recebido a preferência do eleitorado mais pobre, notadamente naquelas áreas de periferia em que a ação política está mais organizada. Ao contrário do PSDB, o PT iniciou o processo tentando ignorar o figurino do candidato ideal, quando já o tinha ao alcance do braço. Depois de submeter Luiza Erundina ao ritual da prévia entre filiados, prova que ela venceu com folga, o PT apresenta-se reconciliado com sua maior liderança na cidade e tenta trazer a candidata da periferia para mais junto do eleitorado situado nas áreas centrais da capital, teatro de operações onde se decidem eleições. Não será fácil. Serra, como vimos, tem aí grande penetração e Pita, embora com problemas nesse início sem TV, tenderá a crescer no território malufista, embalado no prestígio do governo de seu tutor.

O tabuleiro está arrumado e a partida já começou. A geografia do voto é de tal ordem que a ninguém está permitido supor que pode vencer a eleição com apoio apenas em "seu" próprio território, por maior que esse apoio possa vir a se mostrar. Assim como Erundina precisa persuadir parte ponderável do Centro-Sul sobre sua capacidade de *governar os* mais pobres sem deixar no abandono as áreas dos mais bem postos, Serra terá de lutar para demonstrar à periferia e à baixa classe-média do Centro-Norte que, apesar de ter (ou precisamente porque tem) a confiança dos mais ricos, é a melhor alternativa para que todos possam progredir. O primeiro desafio de Pita será conseguir aparecer como uma extensão de Maluf, ganhando, pela ordem, o eleitorado do Centro-Norte, o eleitorado do Centro-Sul e as áreas periféricas. Daí o embate inicial com Serra, uma exigência na disputa por fincar uma sólida estaca nas áreas do Centro.

Como quer que a conjuntura venha a evoluir, estes resultados não antecipados de um estudo em andamento oferecem instrumentos mais precisos para monitorar as preferências do eleitor. Bem explorados, os votos dados em eleições progressas oferecem uma retrospectiva confiável para balizar as pesquisas, que orientam a dimensão prospectiva da análise política.

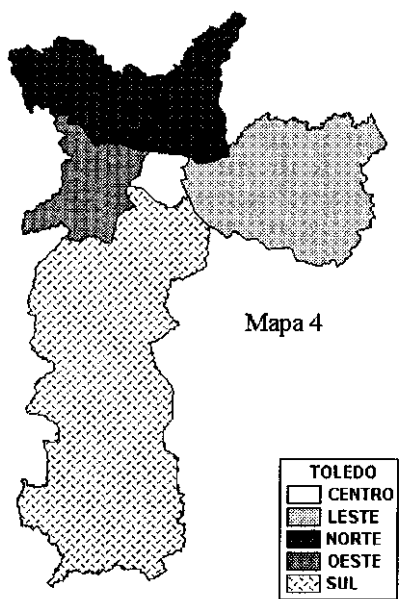
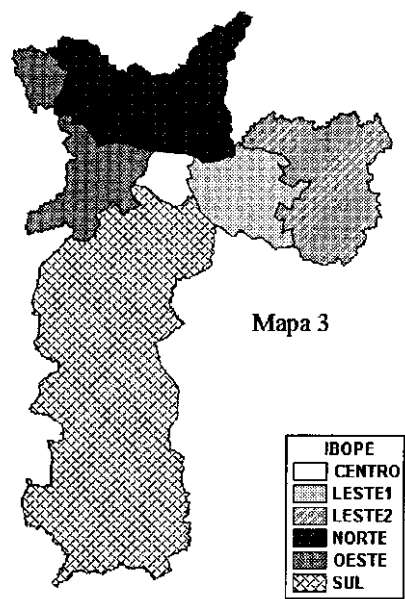
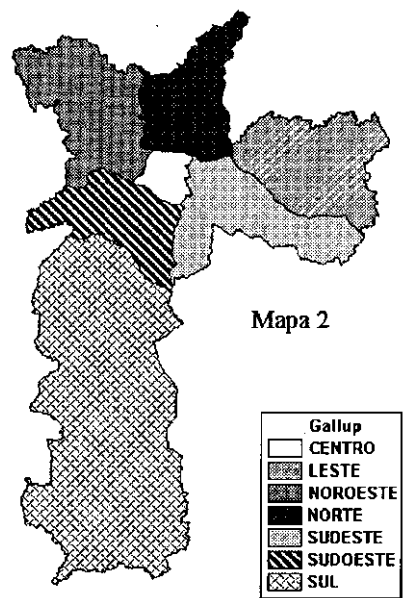
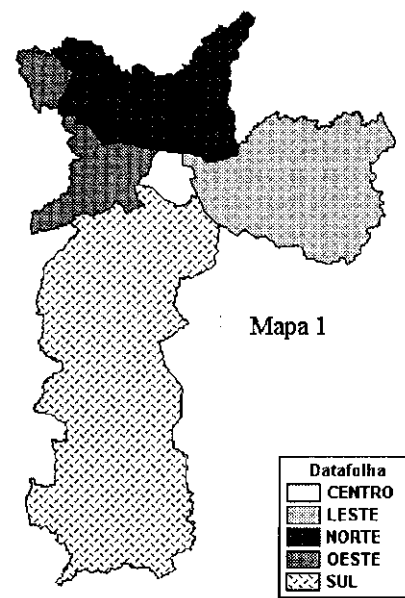
Carlos Alberto Marques Novaes é Cientista Político e pesquisador do Cebrap. Já publicou nesta revista "Dinâmica institucional da representação: indivíduos e partidos na Câmara dos deputados" (Nº 38).

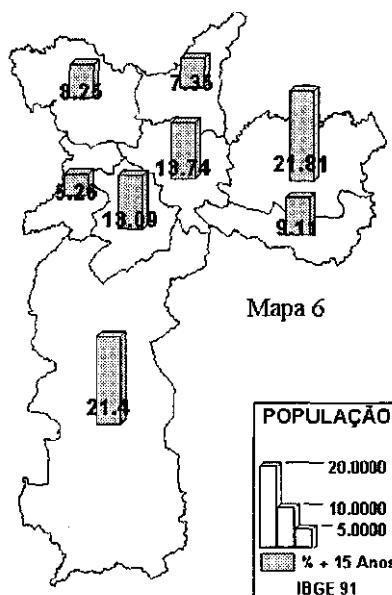
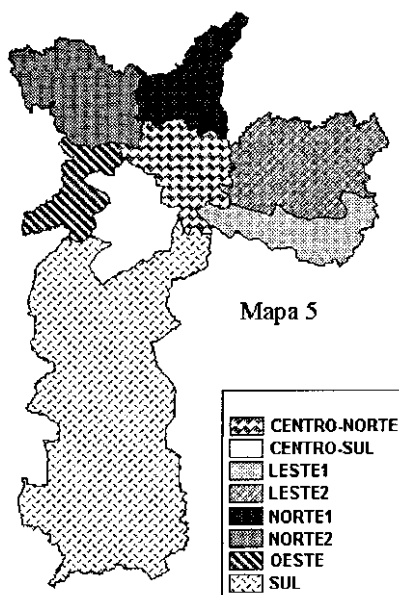
---

Novos Estudos  
CEBRAP

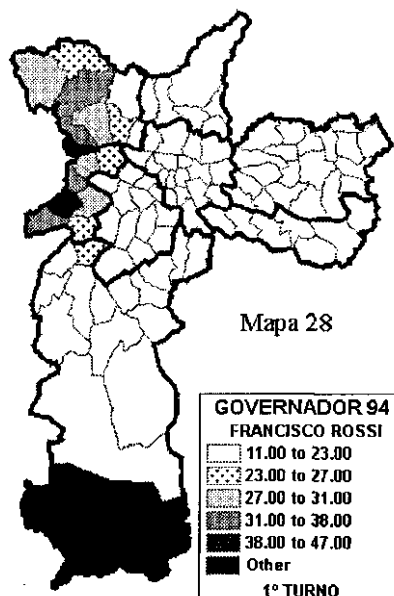
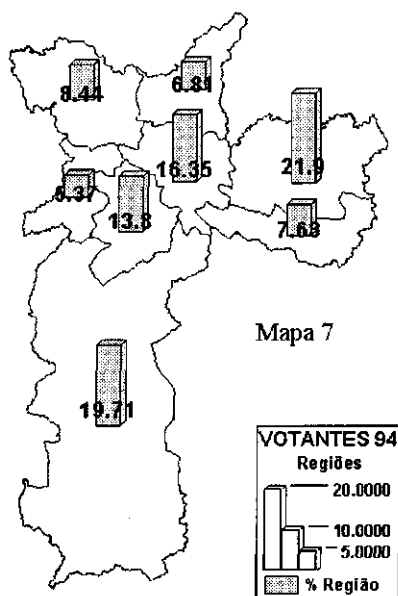
N.º 45, julho 1996  
pp. 3-14

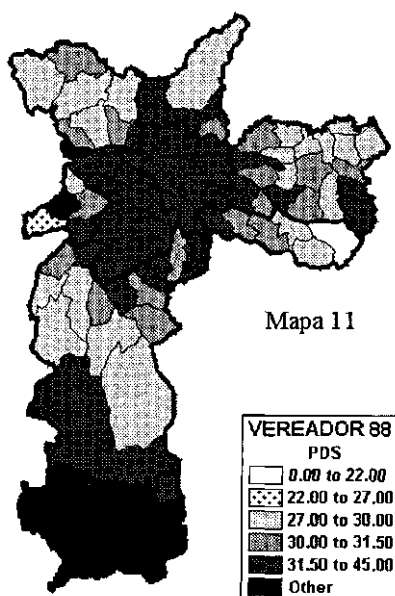
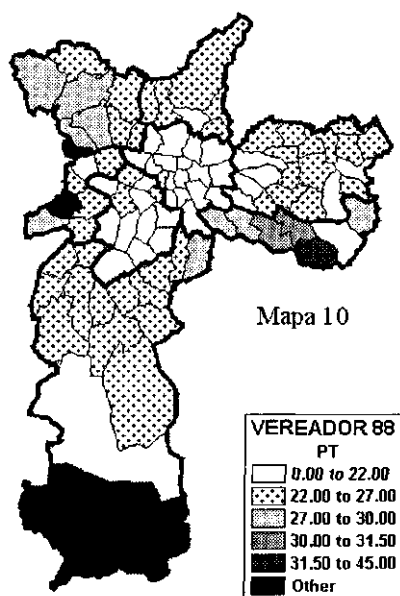
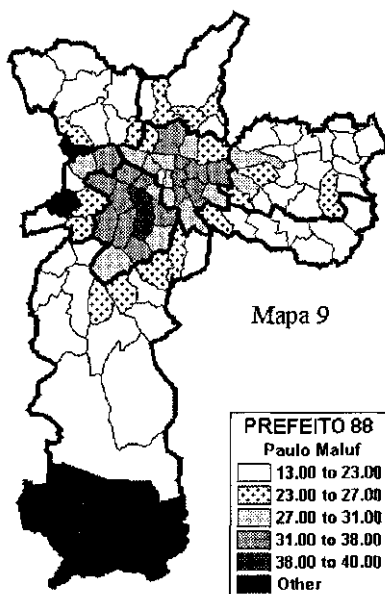
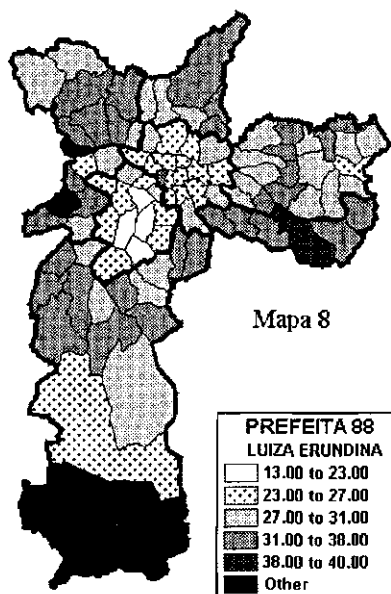
---



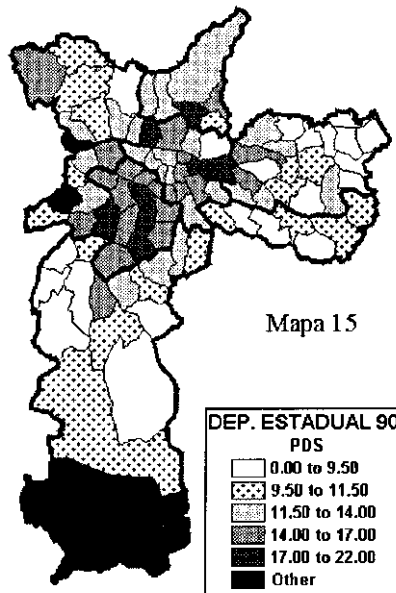
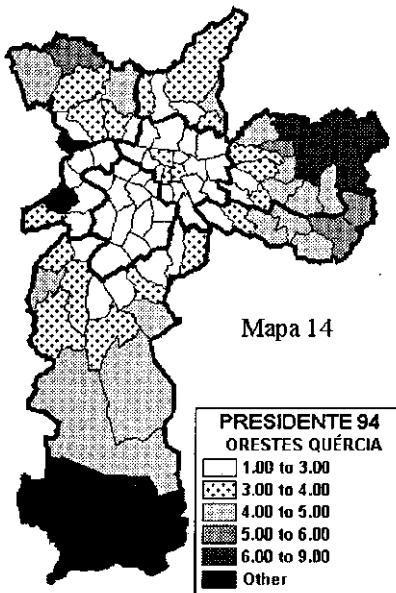
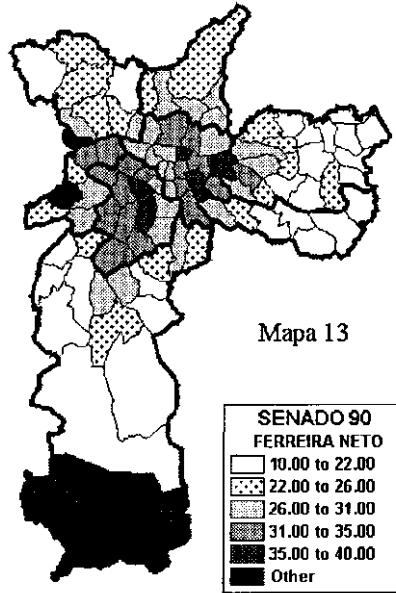
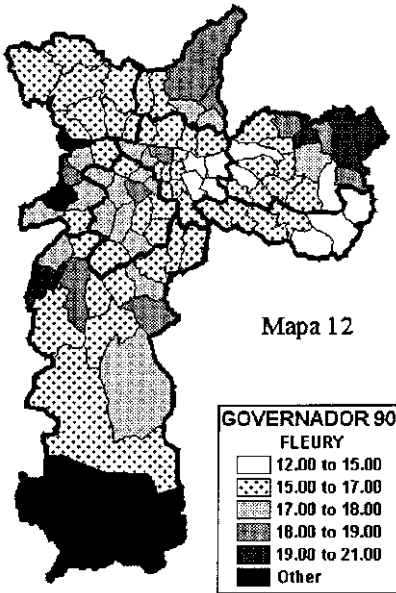


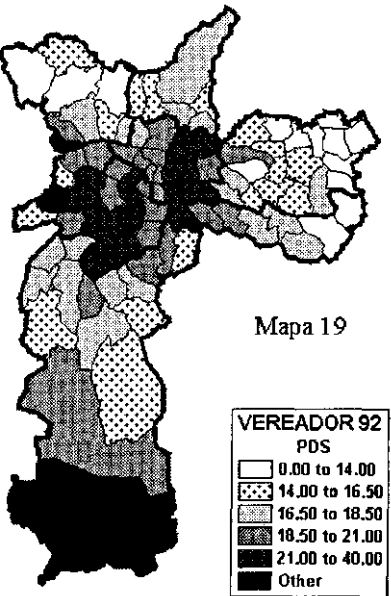
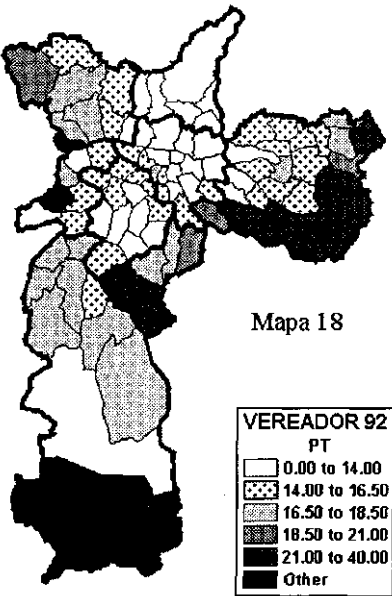
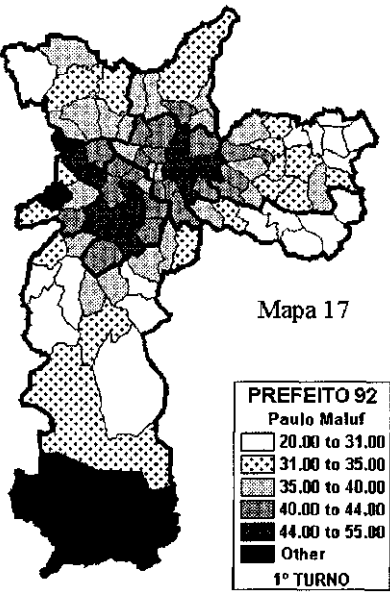
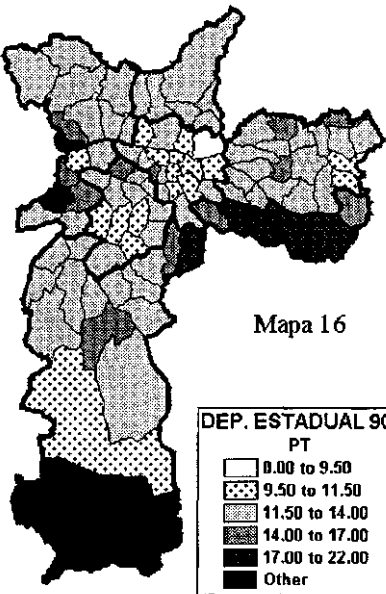
Nas legendas dos mapas com dados eleitorais (8 a 23 e 28) aparece, em preto, *other*. Trata-se de três distritos onde não foram encontrados locais de votação. Ou seja, os eleitores que moram em Marsilac, Rio Pequeno e Jaguará (de baixo para cima nos mapas) deslocam-se para distritos vizinhos para votar. Embora não haja razões para dúvidas para Marsilac e Jaguará, no caso de Rio Pequeno pode haver alguma imprecisão no endereço do local de votação registrado na carta eletrônica utilizada. Seja como for, os eleitores de Rio Pequeno, dada a localização desse distrito, estarão sempre na zona Oeste.

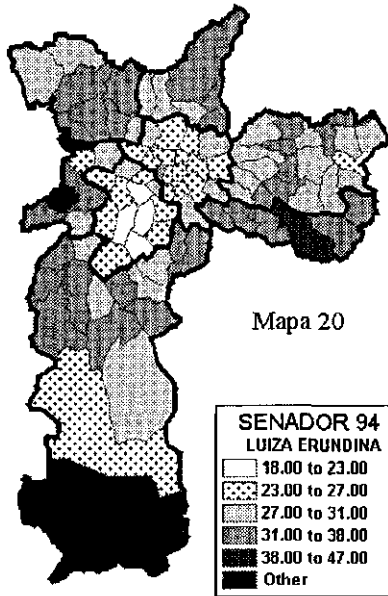




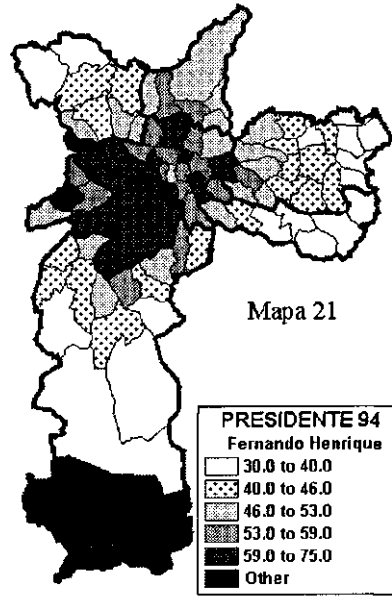




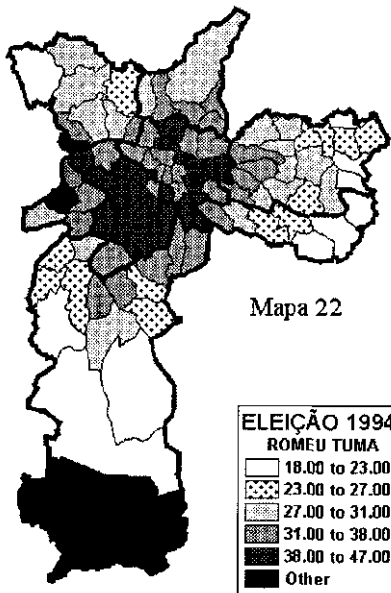




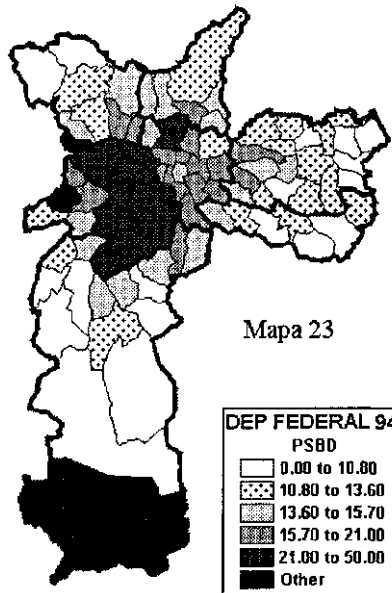
Mapa 20



Mapa 21



Mapa 22



Mapa 23

